

Emissão de NCz\$ 20,7 bilhões eleva o déficit em 0,5% do PIB

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

A emissão adicional de títulos do Tesouro neste final de ano, no valor aproximado de NCz\$ 20,7 bilhões, aumentará o déficit público em cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) por conta de um acréscimo nas despesas orçamentárias da União, estimado em algo equivalente a US\$ 2 bilhões.

O titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, informou que além dos NCz\$ 18,7 bilhões em títulos cuja emissão foi autorizada ontem pelo Congresso, para completar os gastos com o salário dos funcionários públicos, o Executivo está solicitando permissão para emitir mais NCz\$ 2 bilhões.

Com isso, o Tesouro terá autorização para colocar

no mercado ao longo deste ano cerca de NCz\$ 203 bilhões em títulos da dívida pública, a maior parte para pagamento de juros e encargos. "Naturalmente que a emissão concentrada em dezembro traz problemas para a política econômica, mas a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) está preparando um esquema especial para minimizar os transtornos", informou.

"Realmente nós não conseguimos sustentar o objetivo de não emitir neste ano papéis para cobrir despesas não-financeiras, mas isso só está acontecendo porque houve uma frustração de receita e não foi possível arrecadar o adicional equivalente a 1,9% do PIB que havíamos planejado inicialmente."

Mesmo assim, segundo Pullen Parente, ainda houve um "grande esforço de contenção das despesas" se for considerado que antes do Plano Verão, em janeiro, o governo previa a necessidade de se emitir ao longo de 1989 o equivalente a US\$ 5,4 bilhões em títulos do Tesouro para cobrir despesas não-financeiras.

Como o Plano Verão incluiu a proibição de se recorrer a títulos para qualquer despesa que não fossem os juros e encargos da dívida mobiliária, o Tesouro passou a maior parte do ano limitando as emissões à rolagem do débito, até o esgotamento da receita tributária. "Dependendo da taxa de câmbio, a emissão



Pedro Pullen Parente

adicional que faremos agora, para despesas não-financeiras, ficará entre US\$ 1,7 bilhão e US\$ 2 bilhões", disse o secretário.

A primeira exceção na regra original do Plano Verão ocorreu com a autorização concedida pelo Congresso, no mês passado, para a emissão de NCz\$ 9,5 bilhões de papéis do Tesouro, para os bancos oficiais atenderem à necessidade de financiamento agrícola. O Diário Oficial de ontem publicou a lei que permite esta operação, mas a colocação dos papéis deve concentrar-se em dezembro.

Além disso, o governo já obteve autorização para emitir outros NCz\$ 11,6 bilhões em títulos para ampliar as cotações do orçamento das operações oficiais de crédito, de forma a permitir o refinanciamento pela União das dívidas dos

estados, municípios e empresas estatais.

"Daqui em diante todos os projetos de suplementação orçamentária ao Congresso, até o fim do ano, estarão baseados na colocação de papéis do Tesouro, já que esgotamos a previsão de excesso de arrecadação fiscal", disse o secretário da SOF. Ontem mesmo o Executivo já solicitou autorização ao Congresso para atender às obras da hidrelétrica de Xingó, ameaçadas de paralisação, com recursos provenientes da colocação de papéis.

O secretário estima que esses pedidos adicionais de verbas devam totalizar NCz\$ 2 bilhões. Somados aos NCz\$ 18,7 bilhões autorizados pelo Congresso em regime de urgência para pagar funcionários, os gastos não-financeiros sem cobertura de receita ordinária, representando aumento do endividamento do setor público, devem situar-se em torno dos NCz\$ 20,7 bilhões.

Isso representará também uma queda no superávit primário que a Secretaria de Planejamento (Seplan) previra para este ano, de 1,9% para 1,4% do PIB, da mesma forma que aumentará o déficit operacional.

A SOF estimou em NCz\$ 36 bilhões a necessidade adicional de recursos entre novembro e dezembro para pagamento de salários, encargos trabalhistas e 13º dos funcionários, mas deste total cerca de NCz\$ 17,3 bilhões serão provenientes de excesso de arrecadação fiscal. "O que houve foi uma frustração de receita e corrosão inflacionária das dotações, já que o único aumento de gastos com funcionários que não estava previsto neste ano foi a antecipação de 26,06% concedida em novembro, para ser descontada em janeiro", disse o secretário.